



HISTÓRIA NATURAL, HISTÓRIA DA NATUREZA E HISTÓRIA AMBIENTAL: TRÊS HISTÓRIAS SOBRE UMA GRANDE IDEIA

■ INÊS AGUIAR DE FREITAS¹

Resumo: Este artigo foca na discussão sobre três ramos do conhecimento, a História Natural, a História da Natureza e a História Ambiental, e tem como objetivo principal guiar-nos na elaboração de nossos trabalhos cotidianos em que tais definições aparecem. Para melhor atingirmos tais objetivos, nosso trabalho se constituirá de três partes fundamentais: a princípio, refletiremos sobre a ideia de natureza; depois, tentaremos definir e esclarecer sobre os limites entre a História Natural e a História da Natureza; na terceira parte, discutiremos sobre História Ambiental e como esta se utiliza dos dois ramos anteriores. A título de conclusão, realizaremos ainda uma discussão sobre as raízes metodológicas que marcam, caracterizam e diferenciam estas três diferentes histórias no que concerne a sua relação com a geografia.

Palavras-chave: História Natural; História da Natureza; História Ambiental.

Nos últimos anos, nossos interesses e atividades acadêmicas estiveram voltados quase que exclusivamente para os temas relacionados à natureza: da relação que com ela estabelecemos em nossas diferentes sociedades, do olhar que sobre ela pousamos visando diferentes objetivos ou especialmente do seu papel na história do pensamento geográfico. Temos insistido tratar-se, a natureza, do principal objeto da geografia (escamoteado por diferentes conceitos ou noções, mas sempre, no nosso entender, dela derivados ou a ela referentes).

Na Antiguidade, ao separarmos o homem da natureza (a partir do pensamento aristotélico), construímos a mais forte e interessante das ideias do Ocidente – *a ideia de natureza*. Longe de estar aprisionada aos limites de um conceito, tal ideia veio impregnar todas as demais formulações (filosóficas, espirituais ou físicas) que nos caracterizam como ocidentais. Uma palavra que, a princípio, poderia definir nossas bases físicas (naturais), o palco, o cenário, o sítio de nossa civilização, foi além, tornando-se uma ideia constituidora das bases do nosso pensamento e das nossas ações como civilização.

Acreditamos que nenhuma outra ideia seria mais importante ou surgiria para ameaçar o lugar que a natureza ocupa no Ocidente, pois toda a trajetória de nossa história do pensamento tem origem e fundamento nas relações entre natureza e cultura. Podemos afirmar que a história do pensamento ocidental tem seus pilares na dinâmica existente entre o homem e a natureza. E que tal relação

define os elementos essenciais que formam e sustentam as grandes questões do Ocidente.

Da mesma forma, cremos que um dos temas fundadores da geografia é aquele que trata as relações entre natureza e cultura e que tal tema nunca abandonou a geografia, seja ela “física” ou “humana”. E as preocupações advindas desta relação, originárias da Antiguidade, passaram por todos os momentos da história do Ocidente desde então, chegando até nossos dias, estando sempre na base da geografia como saber e como ciência, indo além de ideias superficiais que nos remetem a um sempre duvidoso “determinismo geográfico”. Acreditamos que nossas ações sobre o mundo natural são conduzidas não simplesmente por nossas necessidades vitais, mas por escolhas e determinações construídas culturalmente, ao longo dos diferentes períodos da história. Ou seja, nossa formação religiosa, filosófica, psicológica, econômica, enfim, tudo aquilo que está na base da nossa civilização dirige nosso olhar e ações sobre a natureza.

Este trabalho encontra sua justificativa na necessidade de trazermos para geografia cotidiana tais discussões que cercam seu objeto – a natureza – e que normalmente não são levadas para a sala de aula, ou para o gabinete de trabalho, para o trabalho de campo ou para a prática dos geógrafos de uma maneira geral. Sentimos que muitas dúvidas existem sobre os ramos da filosofia e da história que tem se ocupado de tratar tal ideia, como: o que

chamamos “História da Natureza”, ou sobre qual seria a diferença entre esta e uma “História Natural”, ou ainda sobre qual o papel destas duas disciplinas, hoje, na construção da chamada “História Ambiental”. São ramos que muitas vezes se entremeiam, mas, frequentemente pouco bem definidos, trazem confusão, especialmente entre os estudiosos iniciantes.

Situando-se no contexto da história do pensamento (aqui, mais especificamente, da história do pensamento geográfico), este artigo foca na discussão sobre esses três ramos do conhecimento e tem como objetivo principal guiar-nos na elaboração de nossos trabalhos cotidianos, em que tais definições, muitas vezes, não ficam claras, ou misturam-se a outros conceitos, acabando por perder sua essência.

Delineiam-se como objetivos específicos: analisar de forma detalhada o que seria, afinal, História Natural, História da Natureza e História Ambiental; indagar qual o papel da geografia (do conhecimento ou da disciplina) em cada uma dessas “histórias”; e teremos ainda a preocupação, não de definir, mas de discutir sobre a ideia de Natureza.

Para melhor atingirmos tais objetivos, nosso trabalho se constituirá de três partes fundamentais: a princípio, refletiremos sobre a ideia de natureza; depois, tentaremos definir e esclarecer sobre os limites entre a História Natural e a História da Natureza; na terceira parte, discutiremos sobre História Ambiental e como esta se utiliza dos dois ramos anteriores; a título de conclusão, realizaremos ainda uma discussão sobre

as raízes metodológicas que marcam, caracterizam e diferenciam estas três diferentes histórias no que concerne a sua relação com a geografia.

Começemos pela discussão que fornece a base para nossas três “histórias” a serem investigadas: o que significa “natureza” afinal?

O que significa “natureza”? A ideia de natureza e a impossibilidade de um conceito

A utilização, tão frequente quanto ambígua, do termo natureza, ao longo da história do pensamento ocidental, levamos a interrogarmos sobre seu significado, na medida em que tal ambiguidade atesta, na verdade, uma polissemia subjacente. Assim, o primeiro problema que se coloca é definir o que se entende por natureza. Reconhecemos o incômodo que o vocábulo provoca ao ser enunciado sem que haja a possibilidade de uma total compreensão... ou, muito menos, o estabelecimento de um conceito.

Se interrogarmos sobre o sentido que toma o termo natureza nos campos teóricos próprios da Antiguidade e nas épocas seguintes, perceberemos que os empregos mais correntes enviam ao princípio inerente a todos os movimentos necessários e às operações “naturais”, como é o caso da “máquina do Universo”, o sistema do mundo; e que normalmente acompanham-se as ideias daqueles que, como os estóicos, não admitindo nenhuma diferença entre a natureza e seu criador, designam Deus

por esse termo; outros evocam por “natureza” o conjunto de todos os seres criados, corporais ou espirituais. Não se deve esquecer ainda o sentido contido na expressão “natureza humana” que faz referência ao que é comum a todos os homens; ou ainda a tudo o que é característico de uma espécie; ou mesmo à noção de ordem natural (que implica uma disposição das coisas no mundo “permitida por Deus”); do mesmo modo, a “natureza” pode ser o instinto, a virtude, a qualidade ou propriedade de um sujeito; ou o contrário de tudo o que se encontra na realidade empírica e que não foi feito ou transformado senão por Deus (a natureza como o que é exclusivamente obra de Deus); o conjunto das leis naturais, ou ainda o que se refere aos costumes, aos hábitos e que pode variar com o tempo, nas diferentes raças, nacionalidades ou tradições populares (o que é natural ao século XX, o que é natural ao Brasil, etc.); tudo o que é incontrollável, selvagem... Enfim, como lembra Lovejoy:

"Ler os livros do século XVIII (em particular) sem ter em mente um tal mapa geral dos significados de “natureza”, é mover-se numa névoa de ambiguidades não compreendidas... Pois “natureza” tem sido a líder e mais fértil palavra na terminologia de todas as províncias normativas do pensamento Ocidental..." (LOVEJOY, 1927, p.444)

Mais uma vez, somos forçados (até Lovejoy aponta-nos este caminho) a recorrer ao século XVIII em busca de

respostas (ou pistas) e à *Encyclopédia* (1751-1780), obra portadora de reputação como fonte máxima do Século das Luzes. E, mesmo assim, vamos nos dar conta de que essa ideia ganha contornos muito confusos. (Diderot e D’Alembert destacam que esse termo vago é empregado de maneira “abusiva” pelos filósofos). Vemos que, no verbete “natureza” encontra-se uma pluralidade de significações sistematicamente associadas às ideias mais em voga no século XVIII, tais como: *Deus, Providência, milagre, sistema, causas, ou mesmo movimento e essência.*

Se na obra dos dois enciclopedistas encontra-se a preocupação de nos fornecer uma descrição detalhada e diversificada do conceito, é o francês Buffon (1707-1788) quem poderia nos apresentar a visão do naturalista da época. Em seu *Discours sur la nature des oiseaux*, Buffon (1770, p.3-4) evoca dois sentidos principais: a natureza vista como uma espécie de ser ideal a que se atribui habitualmente a causa de todos os fenômenos, de todos os efeitos presentes no universo; ou como a soma de todas as qualidades de que a Natureza, tomada na primeira acepção dotou o homem, os animais, os pássaros, etc. Mesmo Buffon não escapou do pluralismo e da indefinição que sempre marcaram o termo, e o marcam ainda hoje.

Essa preocupação se revela ainda mais complexa quando vemos que até mesmo o século XVIII, a época mais preocupada com todo tipo de definições, não encontra uma saída. É nesse momento que se percebe que talvez

nenhuma outra ideia presente tal riqueza de sentido ou de qualidades inteligíveis quanto as que emergem da ideia de *natureza*. Pode-se dizer que tal época da história, escolhendo privilegiar o termo, elegeu-o como um fio condutor importante do pensamento humano, um meio para o qual convergem várias de nossas concepções do mundo. A ideia de *natureza* estava ligada a algumas palavras-chaves que nos permitem compreendê-la no contexto da história natural no século XVIII: princípio, finalidade (ordem e fim), Deus, razão. E, ainda assim, isso não significa que esse século construiu uma definição concreta e acabada do termo. Ao contrário, as origens dessas ideias sobre a natureza, seja na Antiguidade ou na Idade Média, nos provam somente que o século XVIII, longe de “inventar” a natureza, fez apenas explorar, com intensidade e riqueza nunca vistas, o conjunto de suas potencialidades.

No século das Luzes, a ideia de *natureza* vai conhecer as mesmas atribuições que muitos outros termos – Luzes, progresso, liberdade, alegria, justiça, humanidade - que marcaram esta época. Todos esses chavões vão certamente brilhar com toda a sua veemência sem jamais portanto se apoiar sobre uma definição tangível. É a Gusdorf (1971, vol. 2, p.19) que se atribui o mérito de ter proposto que se abandone toda ideia de estabelecer um vocabulário de palavras e de ideias próprias ao século XVIII. Tal ambição, a seus olhos, é vã e não é possível nem se elucidar nem se propor uma definição exaustiva desses grandes temas da cultura das Luzes.

Segundo ele, esses termos não são nem unívocos nem claros; são portadores de ideias que, inscrevendo-se em um contexto mais amplo, representam, antes de tudo, a totalidade de um certo “espaço mental”: essas idéias

"constituem modos de instituição na realidade, elas condicionam posições de indivíduos concretos, aos quais fornecem orientações e justificações. Cada uma delas não pode revestir a plenitude de sua inteligibilidade senão por referência ao conjunto de uma experiência humana." (GUSDORF, 1971, vol. 2, p.19)

É assim que o prestígio do termo natureza no Ocidente repousa sobre um acordo precário, estabelecido num contexto filosófico extremamente complexo, no qual o sucesso dessa ideia implica renunciar à ambição de defini-la. É preciso então compreender que a natureza tem, antes de tudo, por função fornecer uma ideia e um termo relativamente neutro e sempre disponível para servir de sustentação a outras preocupações – culturais, morais, religiosas, históricas ou biológicas... – engendrando por isso mesmo uma proliferação de representações em torno de um campo raramente bem delimitado. (FREITAS, 1992)

Ora, o século XVIII se caracterizou por uma arte particular de conduzir os debates e podemos dizer que seus filósofos e intelectuais souberam aproveitar bastante esta margem de indeterminação concernente à natureza.

E esse comportamento, tão familiar e reconhecível, nos caracteriza ainda hoje como civilização. Isso nos leva a vislumbrar um aspecto que merece toda a nossa atenção, pois vai influenciar um ramo do saber que temos construído, ao longo do tempo. Refiro-me aqui à geografia moderna.

Na busca inglória por um conceito, percebemos ainda que “natureza” tem muito mais a ver com nossas ideias do que com nossos conhecimentos, não esquecendo que, quanto mais conhecemos a natureza como um todo (imaginando inclusive que podemos conhecer suas “leis”), novas ideias e formas de apreendê-la também foram se formando, ao longo do tempo, no Ocidente. E este será nosso tema, a seguir.

Sobre a História Natural e a História da Natureza

Partindo em direção a nossos objetivos, começemos por marcar a diferença entre “história natural” e “história da natureza”, especialmente por serem expressões não tão populares como se pode pensar.

Para definirmos “história natural”, podemos lançar mão de seu significado nos séculos XVIII e XIX, momento em que este ramo do conhecimento viveu seu apogeu.

Entre 1751 e 1780, D’Alembert e Diderot escreviam na aqui já citada *Enciclopédia* – obra que ilustra bem o espírito do Século das Luzes:

"História Natural

O objeto de estudo da *História*

Natural é tão extenso quanto a natureza; compreende todos os seres que vivem sobre a terra, que se elevam no ar, ou que ficam nas águas, todos os seres que cobrem a superfície da terra, e todos os que estão escondidos em suas entranhas. A *História Natural*, em toda sua extensão, abrangeria o universo inteiro, já que os astros, o ar e os meteoros estão compreendidos na natureza como no globo terrestre; ... Mas quanto mais se adquiriu conhecimentos, mais levou-se a os dividir em diferentes gêneros de ciência... Animais, vegetais e minerais constituem as três principais partes da *História Natural*; essas partes são assunto de várias ciências que derivam da *História Natural*, como os galhos de uma árvore que saem do tronco ... As descrições das produções da natureza constitui a base da sua história; é o único meio de os fazer reconhecer cada uma em particular, e de dar uma ideia justa de sua adaptação."

Mesmo se esta definição pode nos trazer uma ideia bem precisa sobre o que se entendia, então, sob esse termo, é Georges Cuvier (1769-1832) que, em 1798/1799, fornece, em sua introdução ao *Quadro elementar da história natural dos animais*, a definição mais bem sucedida daquilo que era, no século XVIII, a história natural. Utilizando um vocabulário próprio aos naturalistas de

sua época, Cuvier explica que a

"*ciência natural* ou a *física* tem por meta o estudo dos seres móveis e extensos que nós chamamos de corpos. Esta ciência se divide em história natural geral e em história natural particular. A primeira considera isoladamente as propriedades comuns à maior parte e examina cada uma de suas propriedades. A *física particular* ou **história natural particular** tem por objetivo aplicar especialmente aos numerosos e variados seres existentes na natureza, as leis reconhecidas pelos diversos ramos da física geral, a fim de explicar os fenômenos apresentados por cada um desses seres."

"A **história natural geral** abrange em um único olhar, todos os corpos naturais, assim como, o resultado comum de todas as suas ações no grande conjunto da natureza, determinando as leis de coexistência de suas propriedades. Ela estabelece, entre os diferentes corpos, os graus de semelhança, o que permite classificá-los. A história natural geral só poderá ser concluída quando se tiver completado as histórias naturais particulares de todos os corpos naturais" (CUVIER, 1798, p.1 - 4).

E, ainda segundo Cuvier, para ser perfeita, a **história natural particular** de um corpo qualquer deve compreender:

- 1) A descrição de todas as propriedades sensíveis desse corpo, e de todas suas partes;
- 2) As relações dessas partes entre elas, os movimentos que se operam, e as mudanças que sofrem enquanto elas permanecem unidas;
- 3) As relações ativas e passivas desse corpo com todos os outros corpos do universo;
- 4) Enfim a explicação de todos esses fenômenos.

Pode-se dizer que nós não possuímos ainda completamente a história natural de nenhum corpo."(CUVIER, 1798, p. 3)

Esta definição da história natural, forjada no século XVIII, nos permite trazer como exemplo Buffon (1707-1788), o grande naturalista francês que considerava necessário, para apresentar sua *História Natural* (1749) escrever toda a história natural particular de cada espécie. Em outros termos, a história natural **geral** da Terra requer, para fazê-la, conhecer a história natural **particular** de cada um desses corpos. Nesta época, a História Natural conhece seu esplendor. Mesmo assim, podemos dizer que a "história natural" poucas vezes ultrapassou os limites de uma ação descritiva ou de uma enumeração do mundo natural, desde a Antiguidade, na *História Natural dos Animais*, de Aristóteles, até a História Natural praticada e pelos naturalistas do século XVIII-XIX.

É Foucault (1966) quem nos lembra que o verdadeiro sentido da palavra *história* só é tomado pela História Natural quando os naturalistas do final do século XIX, ultrapassando a aparência externa dos seres vivos, resolvem engendrar uma análise mais profunda, que se encarregasse de expor a essência (a “natureza”) das coisas, estabelecendo uma forma de classificação a partir de dissecações e do conhecimento das estruturas internas dos organismos. Isto teria conferido ao Ocidente uma noção de tempo (mesmo que ainda não evolucionista) e o estabelecimento de uma verdadeira “história” ao mundo natural.

A “decadência” (ou obsolescência) da *História Natural* virá no final do século XIX, com a divisão das ciências modernas, quando os campos de atuação científica ou acadêmica individualizaram-se e começaram a se estabelecer. O termo *História Natural* torna-se, então, muito geral e abstrato. Seus fundamentos se distribuem pelos diferentes domínios científicos e vão, de agora em diante, indicar ciências diferentes. Hoje, o que se chamava *História Natural* é mais conhecido pelo vocábulo de *ciências naturais* – o conjunto de ciências que tem por tema a natureza e a Terra de maneira geral. Cada uma dessas ciências normalmente distinguindo-se das outras pelo seu objeto, temas ou formas de abordagem, como é o caso da química, da física, da biologia, da botânica, da zoologia, da mineralogia, da geologia, da antropologia, da geografia, para citar alguns exemplos, e passa a ter suas próprias subdivisões e especializações, esvaziando a ideia de “todo” ou de “unidade da natureza” que a

História Natural encerrava / preconcebida.

Secord (JARDINE et al., 1995) lamenta mesmo o fato de o século XX, principalmente em suas últimas décadas, não ter sido muito gentil com toda a atmosfera que envolvia a História Natural no passado. Cita a perda de importância dos museus de história natural, verdadeiras catedrais da ciência vitoriana (no caso da Inglaterra) ou do espírito enciclopedista (na França dos séculos XVIII-XIX), onde o conhecimento botânico, zoológico ou mineralógico era concentrado e exposto, após ter sido coletado, tratado e classificado. O autor inglês acredita ainda (e nós com ele) que, se algum vestígio da antiga História Natural ainda sobrevive é graças a formas populares de entretenimento como a National Geographic Magazine ou aos documentários de televisão que, cada vez mais, substituem museus, jardins zoológicos e botânicos como os meios através dos quais as pessoas buscam compreender seu lugar na natureza e na face da Terra (JARDINE et al., 1995).

Podemos mesmo dizer que, se a História Natural, hoje, perde em cientificidade devido a uma visão generalizadora (popular), ao mesmo tempo ganha em “*glamour*”, tornando-se antes de tudo uma “marca”, um ramo do senso comum que nos apresenta o “grande espetáculo da natureza”. Esta História Natural – divulgação científica misturada a fatos pitorescos sobre o mundo natural – encontra lugar perfeito na grande indústria cultural global, tornando-se mercadoria pronta para

consumo pelas massas, ao mesmo tempo em que carrega consigo o peso glorioso de um passado de prestígio, de uma “história” que já foi sinônimo de “ciência”.

Como veremos mais adiante, muitas das ideias constituidoras da História Natural no passado não desapareceram na história do pensamento ocidental. Ao contrário, adquiriram, a partir de uma nova leitura “holística”, forte presença em uma disciplina que leva o nome de História Ambiental.

Mas, no momento, mais próximos de termos compreendido os significados de História Natural sob os ângulos que aqui nos interessam, poderíamos passar a fazer o mesmo com a chamada História da Natureza - um ramo do conhecimento que teria como preocupação o estudo da forma como nós, ocidentais, temos pensado a natureza ao longo da nossa própria história - este longo período que tem início na Antiguidade e que continua até os dias atuais. É, muito mais, um ramo da história do pensamento ocidental, da história das ideias, do que qualquer outra classificação que procuremos encontrar. No entanto, não envolve apenas o estudo de como temos pensado a natureza ao longo do tempo, mas também como temos agido diante dela, como temos imaginado, vivenciado e compreendido esse elemento fundamental da nossa história.

Dentro da bibliografia que toca o tema da História da Natureza, um autor ganha destaque. Trata-se de Clarence Glacken (1909 - 1989), com sua grande obra *Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture in Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth*

Century (1967), considerada por muitos como o mais importante livro sobre história das ideias Ocidentais sobre natureza. O autor americano, professor do Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia - Berkley, torna-se especialmente interessante para nós, geógrafos, não só por sua formação original em geografia, mas porque produziu sua maior obra levado pelo sentimento de que não poderia refletir sobre a história do pensamento geográfico - seu objetivo inicial - sem antes realizar uma grande investigação sobre aquele que, segundo ele, seria o verdadeiro objeto da geografia - a natureza. Tal projeto acabou por tomar todo o tempo da sua vida, (sem contudo levá-lo a cabo) porque, segundo destaca Capel (1966), por mais impressionante que possa parecer, o livro seria simplesmente a “introdução” a uma outra obra mais ambiciosa que deveria cobrir o estudo das “Ideias sobre o mundo habitável”, envolvendo do século XVIII à atualidade. Como disse o próprio Glacken, o que se iniciou “como um breve passeio se converteu em uma grande expedição”, ao perceber que a história da formação e evolução das ideias desde a Antiguidade era essencial para poder entender adequadamente as ideias contemporâneas. (CAPEL, 1996)

A contribuição de Glacken torna-se ainda maior não só porque este autor nos fornece os elementos de uma História da Natureza no Ocidente, mas também os passos metodológicos a serem identificados e seguidos nos estudos que relacionam natureza e cultura.

Glacken estudou exaustivamente as ideias sobre a natureza que dominaram o

pensamento ocidental. Ao elaborar seu trabalho, concluiu que o homem, desde a Antiguidade até o fim do século XVIII, baseou suas relações com a natureza e com a Terra sobre três grandes questões, a saber:

Seria a Terra uma criação plena de intenção, em outros termos, existiria uma causa final para todas as coisas na natureza?

O ambiente natural exerce influência sobre o caráter e a cultura humanos?

Após “receber a Terra como herança”, como o homem modificou o planeta “dando continuidade à obra de Deus”?

Esses três grandes temas, segundo o autor, conduziram a interpretação da natureza eleita pelo Ocidente ao longo de sua história. E também se revelariam como a chave para a compreensão da relação entre natureza e cultura. Devemos, assim, analisá-los mais detidamente.

Segundo Glacken (1967), a primeira ideia está baseada sobre a crença de uma intencionalidade para a Terra, de uma “causa final” inerente aos processos naturais. O princípio de causalidade se prolonga na afirmação de um finalismo: de acordo com o princípio de causalidade, acredita-se que todos os seres têm uma mesma causa; e, de acordo com a ideia de finalidade, acredita-se que a causa que produziu os seres agiu segundo uma finalidade determinada. Dois argumentos sustentam este modo de pensar: por um lado, a ideia de unidade e de harmonia no cosmos aliada à ideia de que tudo no Universo está em relação com tudo; por outro, a analogia de um Deus-artesão, que

agiria como um artista e que teria o resultado final de sua criação preconcebido desde o início. Esse Deus-artesão criou a ordem a partir da desordem inicial, do caos, e imputou uma intenção em tudo o que criou. Do mesmo modo, continua a agir de maneira regular e constante sobre sua obra, a fim de manter a harmonia e a ordem do mundo e de criar boas condições de vida para o homem. A força desse ser superior pode assim ser reconhecida nos trabalhos de Sua criação, isto é, na Natureza, que se torna uma prova importante da existência e da divindade de Deus, de seus desígnios. A natureza não apenas nos fala, através de seu espetáculo, da glória de Deus, mas ela, sobretudo, demonstra Sua existência. É o princípio de causalidade, aliado ao de finalidade, que confere o dinamismo e a força ao conjunto das “provas cosmológicas” da existência divina: é a prova pela ordem, pela harmonia e pela finalidade do Universo. Ora, se há ordem, harmonia e unidade na natureza, se Deus toma cuidado com o mundo e com o homem (Suas criações), então, o Universo é o resultado de um ato inteligente, planejado e bem concebido pelo Criador. O mundo e a natureza encontram aqui uma Razão, porque há uma racionalidade na construção do Universo. Esta assumpção da beleza e da complexidade das coisas vivas não pode ser explicada senão através da ideia de uma intenção sobrenatural que nos foi transmitida quase intacta desde os gregos até o mundo cristão. Esta visão teleológica da natureza - onde a

teleologia deve ser entendida como um projeto estendido a todas as coisas – era também uma característica da filosofia estóica, fundada por Zenon, para quem a ordem e a finalidade impregnavam e explicavam o mundo (BOWLER, 1992, p.44).

A segunda ideia – a que explora as relações entre o ambiente natural e o caráter humano - se apoia sobre a busca de correlações entre os diferentes ambientes e as características individuais e culturais do homem. A diversidade cultural das civilizações seria então compreensível a partir da influência ou de condicionamentos impostos por cada meio natural. Essas ideias, já conhecidas entre os Gregos, que buscavam, através delas, explicar as diferenças regionais, foram re-trabalhadas no século XVIII com maior cuidado ainda.

Neste grupo de ideias encontram-se as raízes mais profundas do chamado “determinismo geográfico” (tão repudiado pelos geógrafos hoje em dia, mas que reúne, a nosso ver, um grande conjunto de ideias sobre as quais deveríamos ter imenso respeito, pois se caracterizam como os primeiros esforços da humanidade em pensar a natureza e sua relação com a cultura. Lembremos que não havia nada melhor no lugar destes primeiros, ainda que toscos, pensamentos).

A terceira ideia inclui a concepção de uma Terra feita para o homem, a maior e mais perfeita criatura da natureza. Assim, tudo nela está para servir ao homem, senhor de toda a natureza, ao qual os três reinos estão submetidos. O homem, dotado de uma

inteligência superior a todos os outros seres vivos, é um agente geográfico, destinado a ser o continuador da obra de Deus sobre a Terra. Através de suas artes e de suas técnicas (imitações das capacidades divinas, dons do Criador), ele se posiciona como herdeiro e parceiro de Deus, melhorando a Terra e concluindo sua construção de acordo com Sua vontade. Esta intervenção humana sobre o meio natural, sua organização e sua modificação foram, durante o século XVIII, mais observadas e mais estudadas que nunca. E nas obras que tratam tais temas, insiste-se sempre sobre esta ideia de um homem beneficiário, na natureza e em relação às outras criaturas, de uma situação privilegiada. Seu lugar é o de um ser superior, acima da natureza, tendo recebido do Criador algumas capacidades “divinas”, a fim de poder continuar Sua obra.

Nesta visão antropocêntrica do mundo, plantas e animais existem apenas para servir ao homem, a suas necessidades e utilidades. Esse tema do utilitarismo e da dominação da natureza pelo homem, ao longo dos tempos (e ainda em nossos dias) tão recorrente no Ocidente, estaria mesmo prescrito no Antigo Testamento:

“Deus cria o homem a sua imagem... cria o homem e a mulher. Deus os abençoa e lhes diz: ‘Sejam fecundos, multiplicai-vos, encham a terra e submetam-na à sua vontade; dominem os peixes do mar, os pássaros do céu e todos os animais que se

arrastam sobre a terra'. Deus diz: 'Eu vos dou todas as sementes de todas as ervas, que estão sobre toda a superfície da terra, e de todas as árvores com seus frutos: esta será vossa alimentação.' (Gênesis 1, 27-29)

Em ligação estreita com esta interpretação da natureza encontra-se a ideia de que é o homem que imprime, a partir de suas necessidades, valor aos outros elementos do mundo natural. É a utilização que o homem deles faz que vai conceder importância às plantas, aos animais e aos minerais.

Ao mesmo tempo, a domesticação dos animais estava prevista para os homens a fim de ajudá-los em sua tarefa: modificar a superfície da Terra. Buffon, por exemplo, estava convencido de que a domesticação das plantas e dos animais era o meio mais importante pelo qual o homem podia transformar a natureza virgem em ambientes capazes de acolher as mais avançadas civilizações. Desta maneira, quando o homem controla ou transforma a natureza, ele integra o plano divino. Deus não se opõe completamente ao progresso da civilização, da história ou da existência material do homem. Ao contrário, o "finalismo utilitário" das criaturas, elemento fundamental da físico-teologia, define bem esta "obrigação" do homem de intervir sobre a natureza. Ele deve colocá-la a seu serviço a fim de edificar as etapas da civilização e da história. Em suma, a terceira ideia sobre a natureza - o homem transformador do espaço geográfico e continuador da obra de Deus - implica em uma visão antropocêntrica e em um projeto de dominação total da natureza pelo homem

que passou a ser uma marca própria do Ocidente.

Glacken (1967) nos mostra que qualquer que seja o tema privilegiado por um autor ou outro, a ideia de uma natureza harmoniosa e equilibrada, somada à concepção do mundo como um todo (onde a menor intervenção mudaria todo o sistema), estaria sempre presente no Ocidente. Teria marcado o pensamento romântico do início do século XIX: a *Naturphilosophie*, na Alemanha, e a *morphologie transcendente*, na França; mas também a ecologia moderna praticada ainda em nossos dias!

No Ocidente, este conjunto de ideias desempenha um papel fundamental na compreensão do homem, da cultura, da natureza e das relações entre esses três elementos. E, o aprofundamento nos estudos em História da Natureza, nos leva a descobrir que a história da relação entre natureza e cultura é tão rica e interessante que nos informa mesmo sobre a nossa condição humana, nossa consciência, nossos atos políticos, nossas decisões econômicas, enfim, sobre nossa atitude como cidadãos, como cientistas, pesquisadores, ou agentes geográficos.

A história ambiental e seus três níveis de análise

A História Ambiental teve origem na década de 1970, no momento em que se aprofundava uma reavaliação sobre o meio ambiente, contexto no qual surgiram inúmeros movimentos

ambientalistas e foram realizadas diversas conferências sobre a crise ambiental planetária. A de maior repercussão foi a Conferência de Estocolmo, em 1972.

A História Ambiental é um ramo da “nova história” e é projeto de alguns historiadores que aproximaram a história natural da história social, a fim de possibilitar a compreensão de como a sociedade se insere no processo dinamizador da natureza. (DRUMMOND, 1991). Ao ligar a história natural à história social, a História Ambiental torna-se possível devido ao fato de a construção dessa disciplina se apoiar numa visão arraigadamente inter-disciplinar, fundamentada em um comportamento cooperativo de pesquisadores. Neste aspecto, velhas disciplinas ganham novos contornos e este parece ser o caso da geografia.

No entanto, se a história ambiental procura produzir análises das relações entre comunidades humanas e os seus meios naturais, podemos dizer que estas não são as mesmas normalmente realizadas por historiadores, geógrafos, biólogos ou outros pesquisadores de diferentes áreas, quando atuam no interior de suas próprias disciplinas “de origem”.

Na verdade, a História ambiental é uma disciplina um tanto quanto nova, se comparada a outras disciplinas. Praticada por diferentes grupos de cientistas e estudiosos hoje, ela nasceu a partir do interesse e dos trabalhos de pesquisa de uma pequena comunidade acadêmica formada principalmente por historiadores e biólogos, vindos de diferentes temas e

especialidades. (Por exemplo: William Cronon, Donald Worster, Richard White, Warren Dean, Alfred Crosby, Joseph Petulla, Frederick Turner, Roderick Nash, Samuel Hays.) - um grupo de pesquisadores que tem por objetivo principal “colocar a natureza na história” (DRUMMOND, 1997).

A grande novidade desta “história” está em dar à cultura um *status* de agente modificador das forças da natureza, rejeitando, porém, a premissa de que a experiência humana se desenvolveu independente das restrições naturais (longe, porém, de um determinismo geográfico). É, portanto, um ramo do saber interessado em tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana. Nesse sentido, de acordo com Worster (1991), a natureza se apresenta como o objeto de estudo da história ambiental, como influenciadora e também como resultante dos processos engendrados pelo homem e pela evolução natural da área.

William Cronon (1995), um dos participantes do “grupo fundador” da História Ambiental” nos Estados Unidos, nos fala “*como é importante refletirmos sobre a natureza e sobre nossas relações físicas complexas com o mundo natural*”. E acrescenta que “*a natureza que carregamos dentro nós é tão importante quanto a natureza que nos cerca, porque a natureza que está dentro de nós é com certeza o motor que dirige nossas interações com a natureza física, neste contínuo processo de transformação homem/natureza*”. (WORSTER, 1995, p.5)

O que nos traz à lembrança a tese

presente na obra Paisagem e Memória, de Simon Schama: "*Estamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente... Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha*". (1996, p.8)

Podemos perceber aqui a incorporação de um elemento de análise bastante raro nas demais ciências ambientais: como a natureza é concebida, imaginada, pensada pelo homem - a memória.

A história ambiental tem como base, ainda, a história da conservação ambiental. E isto fica claro se observarmos que, em uma de suas linhas de pesquisa, William Cronon (1995) se preocupa em decifrar "*como as comunidades humanas modificam as paisagens em que vivem e como as pessoas ao redor são afetadas pelas mudanças ocorridas nas condições geológicas, climatológicas, epidemológicas e ecológicas*". E nos chama atenção para um paradoxo, que a história ambiental, em sua preocupação ecológica, tem que dar conta

"talvez o mais intrigante, é que a wilderness encara um dualismo antigo em que o ser humano e a natureza se opõem. A natureza selvagem, pela definição, é o lugar onde os seres humanos não estão, e nossa presença pode não somente manchá-la, mas também destruí-la. Este dualismo é algo muito complexo, pois para se tentar construir um movimento

ambiental tem que se encarar o desafio moral de viver sustentavelmente na terra."

Explica ainda que a *natureza intocada* sobrevive em um espaço cultural, e que sobreviverá somente se nós considerarmos o contexto cultural, político e econômico do espaço em que a natureza selvagem está inserida. Percebe-se que a história ambiental não se propõe apenas a ser uma "ciência conciliadora" das ciências naturais / físicas com as ciências humanas, indo além, ao estudar uma "memória", ou ainda, na observação profunda dos mitos, religiões, sentimentos e percepções que nós, seres humanos, incluímos na nossa história com o meio ambiente, ou, no mínimo, projetamos sobre a natureza.

Podemos reconhecer algumas palavras-chave para uma melhor apreensão do que é história ambiental: *Wilderness*, marcas, paisagem, valores, cultura, ética, antropocentrismo, sonhos, medos, mito, religião, memória, história - todas elas denotam elementos imprescindíveis para a construção de uma história ambiental. E estas palavras-chave se reforçam na obra de muitos outros historiadores ambientais.

A esta altura, somos levados a vislumbrar relações entre história ambiental e as duas outras histórias (da natureza) acima comentadas. Isto ficará ainda mais claro a seguir, quando apresentamos os diferentes níveis de análise utilizados para se fazer História Ambiental. (Sem que possamos perder a oportunidade de deixar clara a

contribuição da geografia à História Ambiental, como se poderá perceber).

Os três níveis de análise da história ambiental

Outro “fundador” da história ambiental, Donald Worster, em seu artigo *Para fazer história ambiental* (1991), procurou organizar metodologicamente esta disciplina a partir de três níveis de análise: 1) a natureza em seu aspecto físico; 2) as bases materiais da sociedade: a economia e a política; 3) a memória.

Vejamos um pouco mais sobre cada um desses níveis da história ambiental:

O *primeiro nível* compreenderia as questões referentes ao estudo das paisagens do passado e seus fatores bióticos e abióticos. Seria o nível que mais se aproxima das ciências da terra. Trata do entendimento da natureza propriamente dita. Esse nível é construído pelos estudos de como a natureza se organizou e funcionou no passado, do ponto de vista “físico”, “biológico”, “natural”.

Trata da reconstrução de paisagens do passado, descrevendo e verificando como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem. Sem os conhecimentos ecológicos da vegetação, por exemplo, a História Ambiental perde seu embasamento e sua coerência. Esses fatos são tão impressionantes que fazem com que alguns pesquisadores acreditem praticar uma “história ecológica” ou “ecologia histórica” da região estudada. Com isso, insistem numa aliança mais

estreita com botânicos, climatólogos e mesmo zoólogos, a fim de reconstruírem ambientes naturais do passado. Tentam traçar os possíveis cenários ecológicos do passado (pontuais, regionais...).

Este nível da História Ambiental, compreendido como o estudo primeiro e básico de uma dada região, exige um trabalho interdisciplinar (em geologia, geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e mesmo ecologia).

E podemos perceber que é neste nível de análise que mais facilmente se tornam reconhecíveis os objetos e métodos da já descrita *história natural*.

O **segundo nível** trata as bases materiais da produção: a economia e a política e busca analisar as questões sócio-econômicas e suas interações com o ambiente. Portanto, aborda a cultura material e suas implicações e também a “grande história”. Seria o nível que mais se aproxima da economia, da vida social, das decisões políticas e legais, também se ocupando das configurações do poder, uma vez que as decisões, tanto no âmbito dos Estados como de grupos ou povos, tem influência direta no modo como estes se relacionam com o meio físico. São estudadas aqui as ferramentas de trabalho, os modos de produção, as relações sociais, as instituições e as decisões políticas que afetam (direta ou indiretamente) determinada área. Aqui, cabe ao historiador ambiental pesquisar que papel a natureza teve na moldagem dos métodos produtivos e vice-versa, ou seja, que impactos esses métodos causaram à natureza. Enfim, preocupe-se, este nível de questões, com as

relações sócio-econômicas, legais e políticas.

O **terceiro nível** trata da cultura e da memória. Devemos lembrar que o grande fator de distinção entre os homens e qualquer outra criatura é que os homens são criadores de cultura. Na obra *The Ecological transition*, John Bennett (1976) define a escola ecológica como o estudo de “*como e por que os humanos usam a Natureza, como eles incorporam a Natureza dentro da Sociedade, e o que eles fazem consigo mesmos, com a Natureza e a Sociedade nesse processo*”.

E é assim que o **terceiro nível** da história ambiental tem como objeto a ação da cultura sobre o meio físico-material, descobrindo, na paisagem, usos e significados e vendo-os como elementos formadores da “memória” de um povo. Este nível compreende as ideias como agentes ecológicos, e, por essa razão, fala da necessidade de analisar os diversos significados da natureza. Em especial, Worster (1991) destaca que, ao tratar da influência da natureza sobre a vida humana, este terceiro nível encontra-se na esfera exclusivamente humana ou, melhor, da construção da cultura e da memória.

Aqui, o historiador ambiental irá analisar interações exclusivas do ser humano. É um nível puramente mental ou intelectual, onde percepções, valores éticos e mitos, entre outros, passam a fazer parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. (Estabelece-se aqui a relação entre “paisagem e memória” - hoje tão cara aos geógrafos culturais).

"A natureza não é uma ideia, mas sim muitas ideias, significados, pensamentos e sentimentos empilhados uns sobre os outros. A natureza também é uma criação das nossas mentes e, por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, por si mesma e para si mesma, em grande medida caímos presos nas grades da nossa própria consciência e nas nossas redes de significados." (SCHAMA, 1996)

Por isso, a história ambiental deve incluir em seu programa o estudo de aspectos de estética, ética, mitos, folclore, literatura, paisagem e memória, ciência e religião, enfim, deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado de “natureza”. (WORSTER, 1991)

As três histórias sobre a natureza na história do pensamento geográfico__

Neste momento, indagaríamos sobre qual o papel da geografia (do conhecimento ou da disciplina) em cada uma dessas “histórias”; ou como nossa disciplina delas se aproveitou metodologicamente. Como, muitas vezes, nelas se reconheceu, se inseriu ou delas se nutriu.

Se a tese que sempre nos acompanhou é a de que a natureza é o objeto maior da geografia (FREITAS, 1996), devemos considerar a

importância que tem cada uma dessas três histórias analisadas acima na história do pensamento geográfico. E, principalmente, qual a relação de cada uma delas com a prática da geografia, pois, do ponto de vista da metodologia, tornam-se muito interessantes na operacionalização de todo trabalho geográfico que se ocupe, ou que ao menos tangencie, as relações entre natureza e cultura.

Podemos começar por reconhecer na **História Natural** que se praticava no século XVIII o berço de nossa disciplina, sua origem. Não exclusiva, posto que foi acompanhada em sua origem de muitas outras (ou quase todas) as demais ciências naturais ou da Terra. Deve-se destacar ainda que, como vimos, poucos ramos do saber viveram tantos momentos de glória como a história natural. Foucault (1966) nos dá a dimensão correta de tal importância quando analisa a forma com que os naturalistas do século XVIII (e grande parte do XIX) conduziram (e construíram) nosso olhar sobre o mundo e nossos primeiros passos na mudança da episteme clássica para a episteme moderna.

As relações entre história natural e geografia ficam ainda mais claras se seguirmos aqui a ideia de que “as raízes da geografia moderna se encontram na história natural praticada no século XVIII” (FREITAS, 1996). À geografia, a história natural deu-nos nosso objeto, nossos métodos, nossas questões. Nossa fatia e legado deste grande ramo permitiu-nos a criação de uma ciência única, que tem como objetivo, ainda hoje, dar conta de explicar o todo (o mundo, a natureza) e

suas mais complexas relações. Observar, classificar, relatar, para compreender... – herança metodológica da mais bela coleção de saberes sobre o mundo natural. Jardins zoológicos e botânicos, gabinetes de curiosidades e museus nos falam mais de perto sobre o nascimento da geografia moderna e tem mais a ver com pensamento geográfico do que podemos suspeitar. (E alertamos aqui para a necessidade de estudos em história do pensamento geográfico que deem conta dessa investigação de maneira mais minuciosa).

Mas, o nascimento da geografia moderna no contexto de uma hegemônica e aglutinadora história natural só pôde se dar quando naturalistas (aqueles futuros geógrafos) se “aproveitaram” de um certo contexto de indeterminação para passar de uma história natural (que se ocupava do plano “botânico-zoológico”, nos estudos sobre a “natureza”) a uma geografia (que se ocupa do plano “físico-territorial” e do homem), sempre em nome de uma observação e de uma discussão da “natureza”. Em outros termos, é porque não havia uma forte determinação do conceito, mas sim uma definição exclusivamente construída ao modo de quem pudesse se interessar, que a ideia de natureza pôde se deslocar das discussões que tratavam do mundo natural (onde se destacava o estudo da riqueza das espécies botânicas e zoológicas) à construção de uma “geografia” (que tratava do mundo natural e também do homem em seu contexto moral, religioso, social ou

político). Da observação do “grande espetáculo da natureza”, fundeada nos estudos que exprimiam o conjunto da diversidade biológica, vai-se passar à observação do território, do homem e da sociedade, na maior parte das vezes a partir da observação e estudo de mundos inteiramente diferentes daquele que se conhecia (os outros continentes e terras fora da Europa).

Parece claramente que é porque a ideia de natureza cobria um conceito mal determinado que pôde nascer uma prática “geográfica” tão pouco determinada, ou ao menos pouco preocupada de impor a seus novos objetos fronteiras bem delimitadas. E, finalmente, esta geografia nascia de uma História Natural que não se preocupava quase nada em respeitar os limites de seus próprios temas (“confusão” que, aliás, nutria-se também de uma crise interna que atravessava então a geografia, como nos lembra tão bem Claval (1991). Esse “silêncio conceitual”, que buscava muito mais coisas do que se pode imaginar, serviu antes de tudo para possibilitar o nascimento de uma geografia nova (a geografia moderna).

Tendo como base a filosofia e a história, cremos ser a **História da Natureza** uma das maiores contribuições metodológicas para aqueles que, como nós, geógrafos, tem seus estudos voltados para a relação homem – natureza. É a História da Natureza que nos fornece a fórmula (ou ao menos a maneira mais fácil) de amarrar as ideias que nos conduzem nesse tipo de trabalho e prática.

Se aceitarmos que “a natureza é

uma criação humana cuja leitura depende da história e da cultura de cada povo” (SCHAMA, 1996), cremos firmemente que as três grandes questões apontadas por Glacken (1967) e as ideias delas derivadas, como analisamos acima, nos dão o passo a passo necessário para o reconhecimento das perguntas que devemos formular e das respostas que podemos esperar. Ao nos deixarmos guiar por tais questões, “limpamos” nossas buscas e indagações dos resíduos culturais / civilizatórios que envolvem nossas ideias sobre a relação homem – meio ou homem – natureza, e talvez possamos nos tornar mais “neutros” diante do objeto a ser estudado (a natureza). E aqui reside a maior contribuição da História na Natureza para a prática da geografia: libertarmos de toda sorte de (pré)conceitos, de ideias, de religião, de medo, de mito, de mentalidade, enfim, de “memória”...

Por seu lado, no que concerne à nossa terceira história, cremos que a **História Ambiental** apresenta muitos pontos de interesse comum com a nossa ciência e vice-versa e que, sendo assim, os geógrafos devem estar atentos às propostas que os historiadores ambientais trazem para o campo das ideias sobre as relações entre natureza e sociedade, ou entre homem e natureza.

Drummond (1997) aponta-nos as principais características da História Ambiental, onde se pode reconhecer fortes semelhanças com a geografia (ou suas grandes contribuições para esta “nova” história). Vejamos:

- quase todas as análises realizadas em História Ambiental focam uma região

com algum grau de homogeneidade natural (a *região geográfica?*);

- o diálogo sistemático da História Ambiental com quase todas as ciências naturais aplicáveis ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas, ou seja, um trabalho interdisciplinar com o qual os geógrafos físicos estão bastante acostumados. Segundo Drummond (1997, p.23), “os historiadores ambientais não fazem apenas visitas protocolares às ciências naturais: dependem delas para saber como funcionam os ecossistemas sem interferência humana, para daí identificar com precisão os efeitos ecossistêmicos da ação humana”;
- uma terceira característica da História Ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos úteis e os diferentes estilos ou níveis civilizatórios das sociedades humanas (próximo de uma perspectiva lablachiana, com seus “modos de vida”).
- uma grande variedade de fontes. Os historiadores ambientais usam fontes tradicionais da história social e econômica. Aqui, os relatos de viajantes, exploradores e cientistas europeus que se expandiram pelo globo, a partir do século XV, assim como muitos autores do passado (inclusive geógrafos tradicionais, como Alberto Lamego, no Rio de Janeiro) são outra fonte fundamental;
- a valorização do trabalho de campo. (Ponto fundamental da prática geográfica em todos os tempos).

Apesar da crítica à qual devem ser submetidas as características acima, podemos, sem dúvida, considerá-las como importantes elementos de aproximação

entre História Ambiental e geografia.

Considerações finais: as relações entre História Ambiental e Geografia Cultural

Numa publicação especialmente voltada para a geografia cultural, não poderíamos deixar de fazer uma correlação de todas essas questões aqui analisadas sobre a natureza e suas histórias com a geografia cultural que se pratica hoje.

Neste sentido, queremos destacar uma dessas histórias em especial: já em 2003, apresentávamos em um evento científico um trabalho que tratava exclusivamente das relações entre a Geografia Cultural e a História Ambiental (FREITAS, 2003). Creemos que, de todas as ideias analisadas até aqui, é no terceiro nível de análise desta história que encontramos os maiores pontos de contato entre um e outro saber. Lembremos que o grande objeto da geografia cultural – a organização do espaço a partir da cultura – torna este ramo da geografia um importante parceiro da história ambiental.

É necessário perceber que o terceiro nível de questões proposto pelos estudiosos da História Ambiental é, a nosso ver, o mais correlato à Geografia Cultural, no sentido em que concede à cultura e à construção da memória um lugar privilegiado, reunindo aqueles elementos mentais apontados por Cosgrove como constituintes da Geografia Cultural, aquelas “*outras motivações humanas, além daquelas*

estritamente práticas", que incluem

"as paixões inconvenientes, às vezes assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana, entre elas as morais, patrióticas, religiosas, sexuais e políticas."... "Todos sabemos quão fundamentalmente estas motivações influenciam nosso próprio comportamento diário, quanto elas informam nossas respostas a lugares e cenas..." (COSGROVE, 2001. p. 96)

E, sabemos também o quanto nos informam do nosso comportamento em relação à natureza e o quanto influenciam a história que construímos - nossa própria história ambiental, em sua vertente mais "cultural".

Claval, ao debater a nova Geografia Cultural, também assume que a nova vertente da Geografia nos trouxe a compreensão de que

"a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de idéias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica. Nasce das sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas. Expressam-se por meio de práticas e habilidades que não são completamente verbalizadas, mas que resultam de uma atividade mental..." (CLAVAL, 2001. p.39)

A partir das idéias desses dois autores, aqui expostas, fica bem claro como nós, geógrafos culturais, há muito temos tratado da "história espiritual" de diferentes povos e sociedades, e o quanto essas características e elementos "sociopsicológicos" tem influenciado e marcado nossas escolhas e ações diante das questões ligadas à natureza e ao meio ambiente (como destaca e disso se alimenta a História Ambiental).

Muitos seriam os exemplos das relações, ou, melhor dizendo, das conexões que poderíamos demonstrar entre a Geografia Cultural e a História Ambiental (ou da Geografia em geral com nossas três histórias da natureza). No entanto, com os dados colocados até aqui, já nos é possível ver que a História Ambiental, em seu esforço de tornar a disciplina da história mais aberta à inclusão do elemento "natureza" nas suas narrativas, acaba por construir uma ligação fundamental com a Geografia: ambas deixam claro que, apesar de toda a cultura e tecnologia humanas, o homem ainda está sujeito, mesmo que em porções mínimas, às restrições naturais. (O que nos remete, imediatamente, às idéias fundadoras da geografia como ciência - especialmente as de Ratzel e Vidal de La Blache - no início do século XX.)

E, neste contexto, voltamos ao início deste trabalho, ainda um pouco mais convictos de que nenhuma outra ideia seria mais importante no Ocidente do que a ideia de natureza, e de que um dos temas fundadores da geografia, seja ela "física" ou "humana", é aquele que trata as relações entre natureza e

cultura. Continuemos a construir nossas histórias em torno dessa nossa grande ideia...

Notas

¹ Professora Associada do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Email: freitasines@bol.com.br

Referências bibliográficas

BENETT, John W. *The Ecological Transition: Cultural Anthropology and Human Adaptation*. New York: Pergamon, 1976.

BOWLER, Peter J. *The Fontana history of the environmental sciences*. Londres: Fontana Press, 1992.

BUFFON, *Histoire Naturelle, Générale et Particulière, avec la description du Cabinet du Roy, Tome Premier*, 1749.

BUFFON, *Histoire Naturelle des Oiseaux, Tome I, Imprimerie Royale, Paris, 1770*, pp.3-4.

CAPEL, Horacio, *Introducción al libro de Clarence C. Glacken: Huellas en la playa de Rodas. Naturaleza y cultura en el pensamiento occidental, desde la Antigüedad al siglo XVIII*, Traducción de J. C. García Borrón, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996, págs. 9-25.

CLAVAL, P., *Histoire de la geographie*,

Paris: PUF, 1991.

CLAVAL, Paul. *As abordagens da geografia cultural*, in CASTRO, I., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (orgs.). *Explorações Geográficas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural: o estado da arte*. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 59-97.

COSGROVE, Denis. *A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, pp. 92-123.

CRONON, William. *Humanist Environmentalism: A Manifesto*. New York: Hill & Wang, 1995.

CUVIER, G., *Tableau élémentaire de l'histoire naturelle des animaux*, Paris, Badouin, 1798.

DIEGUES, A. Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.177-197.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*.

Niterói: EDUFF, 1997.

ENCYCLOPÉDIE ou dictionnaire raisonné des sciences, des art set des métiers, par une société des gens de letters, mis en ordre et publié par M. Diderot et M. D'Alembert, Paris, Neufchastel: Samuel Faulche, 1751-1780, 35 volumes.

FREITAS, Inês Aguiar de. Pour une histoire naturelle de la géographie: les voyageurs-naturalistes français au Brésil au siècle des Lumières. 1996. 2v. Tese (Doutorado em Geografia) – Institut de Géographie, Université de Paris IV (Sorbonne), Paris, 1996.

FREITAS, Inês Aguiar de. A História Ambiental e Geografia Cultural: Natureza e cultura como chaves para o entendimento do nosso tempo. In: Conferência Internacional da UGI – Historical dimensions of the relationship between space and culture, 2003, Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugalia, 1966.

GLACKEN, Clarence J., Count Buffon on cultural changes of the physical environment, em Annals of the Association of American Geographers, 50 (1), Março 1960.

GLACKEN, Clarence J. (1967) Traces on the Rhodian shore. Nature and culture in western thought from ancient times to the end of eighteenth century. Berkeley and Los Angeles: University of California

Press, 1990.

GUSDORF, G., Les sciences humaines et la pensée occidentale. Vol.II Les principes de la pensée au siècle des Lumières, Paris, Payot, 1971.

JARDINE N., SECORD J. A. e SPARY E. C. (eds), Cultures on Natural History. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KAY, J., Human dominion over nature in hebrew Bible, in Annals of the Association of American Geographers, (79) 1989, 214-232.

KOTTLER, M., Alfred Wallace. The origin of man and spiritualism, in ISIS, 1974 (65): 145-192

LOVEJOY, A., Nature as aesthetic norm, in Modern Language Notes, 1927.

LOVEJOY, A., The great chain of being. A study of the history of an ideia, Cambridge, Harvard University Press, 1973, p. 187.

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TURNER, Frederick. O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e Terras selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, p. 198-215. 1991.

NATURAL HISTORY, HISTORY OF NATURE AND ENVIRONMENTAL HISTORY: THREE STORIES ABOUT A GREAT IDEA

ABSTRACT: THIS ARTICLE FOCUSES ON THE DISCUSSION OF THREE BRANCHES OF KNOWLEDGE, NATURAL HISTORY, THE HISTORY OF NATURE AND ENVIRONMENTAL HISTORY. THE AIM IS TO GUIDE US IN THE DEVELOPMENT OF OUR DAILY WORK WHERE SUCH DEFINITIONS APPEAR. IN ORDER TO ACHIEVE THESE OBJECTIVES, OUR WORK WILL CONSIST OF THREE MAIN PARTS: FIRSTLY, WE WILL REFLECT ON THE IDEA OF NATURE; THEN WE WILL TRY TO DEFINE AND CLARIFY THE BOUNDARIES BETWEEN NATURAL HISTORY AND THE NATURE OF HISTORY; IN THE THIRD PART, WE DISCUSS THE ENVIRONMENTAL HISTORY AND HOW IT USES THE PREVIOUS TWO BRANCHES. IN CONCLUSION, WE WILL DISCUSS THE METHODOLOGICAL ROOTS THAT MARK, CHARACTERIZE AND DIFFERENTIATE THE RELATIONSHIP OF THESE THREE BRANCHES WITH THE GEOGRAPHICAL KNOWLEDGE.

KEYWORDS: NATURAL HISTORY, HISTORY OF NATURE AND ENVIRONMENTAL HISTORY.

HISTORIA NATURAL, HISTORIA DE LA NATURALEZA Y HISTORIA AMBIENTAL: TRES HISTORIAS SOBRE UNA GRAN IDEA

RESUMEN: ESTE ARTÍCULO SE CENTRA EN LA DISCUSIÓN DE TRES RAMAS DEL CONOCIMIENTO, LA HISTORIA NATURAL, LA HISTORIA DE LA NATURALEZA Y LA HISTORIA AMBIENTAL, Y TIENE COMO OBJETIVO NOS GUÍAR EN EL DESARROLLO DE NUESTRO TRABAJO DIARIO, DONDE APARECEN TALES DEFINICIONES. PARA ALCANZAR MEJOR ESTOS OBJETIVOS, NUESTRO TRABAJO CONSISTIRÁ EN TRES PARTES PRINCIPALES: EN PRINCIPIO, VAMOS A REFLEXIONAR SOBRE LA IDEA DE LA NATURALEZA; ENTONCES VAMOS A TRATAR DE DEFINIR Y CLARIFICAR LOS LÍMITES ENTRE LA HISTORIA NATURAL Y LA NATURALEZA DE LA HISTORIA; EN LA TERCERA PARTE, SE DISCUTE SOBRE LA HISTORIA AMBIENTAL Y LA FORMA EN QUE UTILIZA LAS DOS RAMAS ANTERIORES. A MODO DE CONCLUSIÓN, SE REALIZA UNA DISCUSIÓN SOBRE LAS RAÍCES METODOLÓGICAS QUE QUE PUEDE ANOTAR, CARACTERIZAR Y DIFERENCIAR ESTAS TRES HISTORIAS CON RESPECTO A SU RELACIÓN CON LA GEOGRAFÍA.

PALABRAS CLAVE: HISTORIA NATURAL, HISTORIA DE LA NATURALEZA Y LA HISTORIA AMBIENTAL.